

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

b) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos dessa controlada são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.12) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na seguinte nota explicativa:
Nota 10d - Previsão de realização dos créditos tributários.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	8	7
Fundos de Investimentos Financeiros (2).....	60	144
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	68	151

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 60 (2010 - R\$ 144).

6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias.....	6.000	6.000
Total.....	6.000	6.000

7) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros.....	10	16
Juros Ativos.....	5	5
Total.....	15	21

8) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros.....	11	15
Editais e Publicações.....	89	72
Contribuição Sindical Patronal.....	3	3
Outras Gerais e Administrativas.....	11	5
Total.....	114	95

9) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com as partes relacionadas estão assim apresentadas

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	8	-	7	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco, controlador da Companhia.

10) DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS ENCARGOS COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de renda e contribuição social).....	(100)	(76)
Encargos total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	34	26
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	34	26

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	-	1
Constituição no exercício sobre base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal.....	34	25
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	34	26

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	918	-	-	918
Outras provisões.....	20	20	20	20
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	938	20	20	938
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	64	34	-	98
Total dos créditos tributários.....	1.002	54	20	1.036

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro				
	Imposto de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal e base negativa		Total
			Imposto de renda	Contribuição social	
2012.....	228	82	-	-	310
2013.....	228	82	21	8	339
2014.....	228	82	32	11	353
2015.....	3	1	19	7	30
2016.....	2	1	-	-	4
Total.....	689	248	72	26	1.036

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Companhia, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 975 (2010 - R\$ 937) sendo R\$ 885 (2010 - R\$ 882) de diferenças temporárias e R\$ 90 (2010 - R\$ 55) de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

e) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 62 (2010 - R\$ 81).

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Devido às características da Companhia, não há componentes de outros resultados abrangentes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Osasco - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações de valor adicionado

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de janeiro de 2011, que não conteve qualquer modificação.

Osasco, 15 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola

Contador CRC 1SP 214007/O-2

Portal de Negócios

Busca gratuita de todo o acervo do Diário Oficial desde 1891. Mais transparência à administração pública.

Conheça os serviços e produtos eletrônicos da Imprensa Oficial:

- ✓ DO.busca
- ✓ e-juntacomercial
- ✓ DO.informa
- ✓ e-negociosinforma
- ✓ e-negociospublicos
- ✓ Certificação Digital



Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

Banco Sofisa S.A.	2
PROMOSEC CIA. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS.....	11
QUIXABA INVESTIMENTOS S.A.	9



Volume 122 • Número 49

Página 12

São Paulo, quarta-feira, 14 de março de 2012



Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Osasco, SP, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2011		2010		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	2011	2010	2011	2010	
CIRCULANTE	380	465	CIRCULANTE	57	59
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	68	151	Outras Obrigações	57	59
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 10e).....	2	3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.109	1.175
Créditos Tributários (Nota 10c).....	310	311	Capital Social:		
NÃO CIRCULANTE	786	769	- De Domiciliados no País (Nota 6)	3.000	3.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	786	769	Prejuízos Acumulados.....	(1.891)	(1.825)
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 10e).....	60	78			
Créditos Tributários (Nota 10c).....	726	691			
TOTAL	1.166	1.234	TOTAL	1.166	1.234

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Reais mil			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
	2011	2010				
RECEITAS OPERACIONAIS	16	21	Saldos em 31.12.2009	3.000	(1.775)	1.225
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 7).....	15	21	Prejuízo do Exercício.....	-	(50)	(50)
Outras Receitas Operacionais.....	1	-				
DESPESAS OPERACIONAIS	116	97	Saldos em 31.12.2010	3.000	(1.825)	1.175
Despesas Tributárias.....	2	2	Prejuízo do Exercício.....	-	(66)	(66)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 8).....	114	95				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(100)	(76)	Saldos em 31.12.2011	3.000	(1.891)	1.109
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 10a)	34	26				
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(66)	(50)				
Número de ações.....	6.000	6.000				
Prejuízo Líquido por lote de mil ações em R\$.....	(10.945)	(8.833)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2011	2010	2011	%	2010	%	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:							
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(100)	(76)	1 - RECEITAS	1	(1)	-	
Ajustes ao Prejuízo Líquido Antes dos Impostos	(5)	(5)	1.1) Outras Receitas.....	1	(1)	-	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	(5)	(5)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(111)	116,9	(93)	
Prejuízo Ajustado	(105)	(81)	Serviços de Terceiros.....	(100)	105,3	(87)	
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação.....	-	-	Outros.....	(11)	11,6	(6)	
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	24	(2)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(110)	115,8	(93)	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(2)	4	4 - DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(83)	(79)	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(110)	115,8	(93)	
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(83)	(79)	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO	15	(15,8)	21	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	151	230	EM TRANSFERÊNCIA.....	15	(15,8)	21	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	68	151	Receitas Financeiras.....	15	(15,8)	21	
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(83)	(79)	7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(95)	100,0	(72)	
			8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	(95)	100,0	(72)	
			8.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	(29)	30,5	(22)	
			Federais.....	(29)	30,5	(22)	
			Estaduais.....	-	-	-	
			Municipais.....	-	-	-	
			8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros..	(66)	69,5	(50)	
			Prejuízos Retidos.....	(66)	69,5	(50)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

II - Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros para negociação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de venda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Os créditos recebíveis são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Esses passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado a valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos, são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tantos em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Consequentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertido da demonstração do resultado.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.9) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.10) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.11) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

a) Receita de Créditos Recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores com operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
Banco Sofisa S.A.	2
PROMOSEC CIA. SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS... 11	11
QUIXABA INVESTIMENTOS S.A.	9



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Volume 122 • Número 49
São Paulo, quarta-feira, 14 de março de 2012

Página 11

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.933/0001-10

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria



Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE	380	465	CIRCULANTE	57	59
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	68	151	Outras Obrigações	57	59
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 10e)	2	3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.109	1.175
Créditos Tributários (Nota 10c)	310	311	Capital Social	-	-
NÃO CIRCULANTE	786	769	- De Domiciliados no País (Nota 6)	3.000	3.000
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	786	769	Prejuízos Acumulados	(1.891)	(1.825)
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 10e)	60	78			
Créditos Tributários (Nota 10c)	726	691			
TOTAL	1.166	1.234	TOTAL	1.166	1.234

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil						
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
	2011	2010				
RECEITAS OPERACIONAIS	16	21	Saldos em 31.12.2009	3.000	(1.775)	1.225
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 7)	15	21	Prejuízo do Exercício	-	(50)	(50)
Outras Receitas Operacionais	1	0	Saldos em 31.12.2010	3.000	(1.825)	1.175
DESPESAS OPERACIONAIS	116	97	Prejuízo do Exercício	-	(66)	(66)
Despesas Tributárias	2	2	Saldos em 31.12.2011	3.000	(1.891)	1.109
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 8)	114	95				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(100)	(76)				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 10a)	34	38				
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(66)	(50)				
Número de ações	6.000	6.000				
Prejuízo Líquido por lote de mil ações em R\$	(10,945)	(8,333)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil							
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2011	%	2010	%
	2011	2010					
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(100)	(76)	1 - RECEITAS	1	(1)	-	-
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(100)	(76)	1.1) Outros	1	(1)	-	-
Ajustes ao Prejuízo Líquido Antes dos Impostos	(9)	(9)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(111)	116,9	(93)	129,2
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(5)	(5)	Serviços de Terceiros	(100)	105,3	(87)	120,8
Prejuízo Ajustado	(105)	(81)	Outros	(11)	11,6	(6)	8,3
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	-	-	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (-1-2)	(110)	115,8	(93)	129,2
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	24	(2)	4 - DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(2)	(4)	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(110)	115,8	(93)	129,2
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(83)	(79)	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	15	(15,8)	21	(29,2)
(Redução)/(Aumento) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83)	(79)	Receitas Financeiras	15	(15,8)	21	(29,2)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	151	230	7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(95)	100,0	(72)	100,0
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	68	151	8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	(95)	100,0	(72)	100,0
(Redução)/(Aumento) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(83)	(79)	8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	(29)	30,5	(22)	30,6
			Federais	(29)	30,5	(22)	30,6
			Estaduais	-	-	-	-
			Municipais	-	-	-	-
			8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	-	-	-	-
			8.3) Remuneração de Capitais Próprios	(66)	69,5	(50)	69,4
			Prejuízos Retidos	(66)	69,5	(50)	69,4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é uma companhia que tem por objetivo executar a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil controladas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja qual for inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

1 - Designados no reconhecimento inicial
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

II - Ativos financeiros para negociação
Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros para negociação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda
Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada com o propósito de serem ativo e frequentemente negociados, é reconhecida no resultado do período.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementalmente e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de venda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Os créditos recebíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer abatimento. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, está a dedução do custo de aquisição até o limite do mesmo, e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução do valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado
São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Esses passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

1 - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todos os ganhos ou perdas no valor justo são reconhecidos no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Esses passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados a custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívida subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de deflatores de preço, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos, são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado
Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estão com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstram a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda por valor não recuperável impacta nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que sejam julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tanto em bases individuais quanto em bases de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da provável provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência histórica e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Consequentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida no resultado do período.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ação e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições específicas de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que não em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins de teste do valor recuperável do grupo, o montante do grupo é apurado em uma combinação de negociações alocado a UGC ou ao grupo de UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o grupo é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 9 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes ao UGC são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a um ativo não é revertida. Quando, a outros atos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor tivesse sido reconhecida.

2.9) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• **Ativos Contingentes** são utilizados quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Passivos Contingentes** são levados em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• **Passivos Contingentes** são utilizados quando o valor a ser pago ou recebido, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e não divulgadas;

• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de controvérsia é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.10) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

As ações são avaliadas de acordo com o valor básico e o valor por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o valor básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

Os dividendos a pagar são reconhecidos quando a administração da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando a proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.11) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

As receitas são reconhecidas a medida que o valor a ser recebido é provável que seja recebido, e os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

a) Rendas de Créditos Recebíveis

As rendas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores com operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

b) Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos de mantidas controladas e centralizadas, sendo um processo contínuo e evolui de planejamento, desenvolvimento, afiliação e diagnóstico através de métodos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das áreas técnicas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, ou que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Dados observáveis em mercados ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos da Nível 1 incluem títulos da dívida e patrimônios e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não são preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos, ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado por substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não se limitando a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimônios e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de N

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



-continuação-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias	6.000	6.000
Total	6.000	6.000

7) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	10	16
Juros Ativos	5	5
Total	15	21

8) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros	11	15
Ediais e Publicações	89	72
Contribuição Sindical Patronal	3	3
Outras Gerais e Administrativas	11	5
Total	114	95

9) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com as partes relacionadas estão assim apresentadas

	Em 31 de dezembro			
	2011		2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	8	-	7	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa e parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco, controlador da Companhia.

10) DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS ENCARGOS COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de renda e contribuição social)	(100)	(76)
Encargos total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	34	26
Imposto de renda e contribuição social do exercício	34	26

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Impostos diferidos	-	1
Constituição no exercício sobre adições temporárias	-	25
Constituição no exercício sobre base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	34	26
Imposto de renda e contribuição social do exercício	34	26

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	918	-	-	918
Outras provisões	20	20	20	20
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	938	20	20	938
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	64	34	-	98
Total dos créditos tributários	1.002	54	20	1.036

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
2012	228	82	21	8
2013	228	82	32	11
2014	3	1	19	7
2015	2	1	-	-
Total	689	248	72	26

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Companhia, líquida dos débitos tributários, no montante de R\$ 975 (2010 - R\$ 937) sendo R\$ 885 (2010 - R\$ 882) de diferenças temporárias e R\$ 90 (2010 - R\$ 55) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 62 (2010 - R\$ 81).

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) Devido às características da Companhia, não há componentes de outros resultados abrangentes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

Osasco - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria.

Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base na nossa revisão, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de janeiro de 2011, que não contém qualquer modificação.

Osasco, 15 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6André Dala Pola
Contador CRC 1SP 214007/O-2

Idlib: o novo alvo de Assad.

Cidade ao norte da Síria é uma importante base dos desertores militares

Depois de recapturar a cidade de Homs das mãos dos rebeldes, forças leais a Bashar al-Assad voltaram suas armas para Idlib, outro bastião da oposição, no norte da Síria. Grande parte da cidade foi tomada pelas tropas do governo, mas ainda existem bolsões de resistência formados por desertores militares. Pelo menos 36 pessoas morreram ontem, segundo ativistas.

A província de Idlib faz fronteira com a Turquia e tornou um esconderijo para os rebeldes, atraindo represálias do Exército. Muitos temem que uma ofensiva em Idlib possa terminar como a campanha contra o bairro de Baba Amr, em Homs. Tropas sitiaram e bombardearam Baba Amr por quase um mês antes de capturarem o local em 1º de março.

Segundo o grupo opositor Comitês de Coordenação Local, um novo massacre ocorreu na cidade de Idlib, onde seriam mortos sete pessoas que viajavam em um veículo perto de Maarat al Numan.

De acordo com seu relato, as tropas do regime pararam o veículo, que transportava dois feridos e cinco civis, entre eles um menor de idade, e mataram todos os passageiros.

Por sua vez, desertores do Exército atacaram um posto de controle na região de Idlib,

matando pelo menos 10 soldados, enquanto os rebeldes também mataram 12 membros das forças leais ao presidente Assad, na cidade de Deira, ao sul, de acordo com o Observatório Sírio para os Direitos Humanos.

Também havia relato de confrontos na cidade de Deir al-Zor, no leste, e na terceira maior cidade da Síria, Homs.

Fuga - A violência na Síria forçou mais de 200 mil pessoas a deixar suas casas em um ano de revolta contra o regime, estimou a agência de refugiados da Organização das Nações Unidas (ONU) ontem.

Segundo o coordenador do Alto Comissariado para Refugiados (Acnur), Panos Mourtzis, 30 mil pessoas fugiram para Turquia, Líbano e Jordânia e cerca de 200 mil foram deslocadas internamente.

O grupo Human Rights Watch denunciou que tropas sírias instalaram minas terrestres ao longo da rota usada por pessoas que fogem do país e tentam chegar à Turquia.

Voto - A nova jornada de violência coincidiu com o anúncio de que eleições parlamentares serão realizadas no dia 7 de maio. Para a porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Victoria Nuland, realizar eleições "em meio ao tipo de violência que vemos ao redor da Síria é ridículo". (Agências)

Ricardo Vilanova/AFP



Desertores buscam refúgio nas montanhas perto de Idlib. A região virou novo alvo da repressão síria.

Bulent Kilic/AFP



Garoto olha pela cerca de campo de refugiados na Turquia. Mais de 200 mil já fugiram da violência.

Foguetes em terra. É o início do cessar-fogo.

Uma trégua mediada pelo Egito entre Israel e militantes da Faixa de Gaza en-

trou em vigor ontem, após quatro dias de violência em que 25 palestinos foram mortos e 200 foguetes foram disparados contra Israel.

O número de foguetes lançados contra Israel caiu drasticamente - foram menos de

10 desde o acordo. Por sua vez, militares israelenses disseram que não houve ataques contra Gaza.

Em um sinal de estabilidade, autoridades no sul de Israel anunciaram a reabertura de escolas. (Agências)



ESTADOS UNIDOS

Romney luta para conquistar prévias no Alabama e Mississippi

ARGENTINA

País se diz preocupado com armas nucleares nas Malvinas

Thomas Coex/AFP



Sarkozy: campanha suspeita.

Ligações com Kadafi assombram Sarkozy

Um contrato de 2007 pelo qual a França vendeu ao regime líbio de Muamar Kadafi um sistema de espionagem pela internet pode ter servido para financiar a campanha eleitoral há cinco anos do presidente francês, Nicolas Sarkozy, revelou o jornal *Libération* ontem.

Sarkozy havia desqualificado nesta segunda-feira a tese de que comissões do contrato da companhia francesa Amesys com a Líbia acabaram na sua campanha de 2007, depois que o site *Médiapart* antecipou alguns documentos.

Em entrevista à TV *Euro-news*, Saif al-Islam, filho de Kadafi detido na Líbia, ameaçou divulgar detalhes da transferência bancária. Ele se ressentiu do apoio de Sarkozy à oposição, o que levou à queda e morte do ditador em 2011.

As alegações vêm no momento em que Sarkozy, que disputa a reeleição em abril, aparece em primeiro lugar nas pesquisas com 28,5% das intenções de voto, contra 27% do socialista François Hollande, que até o momento liderava as sondagens. (Agências)